

A IDÉIA DE MODERNIDADE E A INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL: A GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Junia de Freitas Knychala

Bolsista de IC, Instituto de Geografia - UFU
junia_f_k@yahoo.com.br

Profa. Dra. Rita C.M.S. Anselmo

Prof. Dra.do Instituto de Geografia - UFU
ritacmsou@ig.ufu.br

RESUMO

O presente artigo buscou apreender o processo de instalação da Geografia acadêmica e das universidades no interior do Brasil, por meio do resgate histórico da fundação do curso de Geografia em Uberlândia. Esse resgate foi operado por meio de documentos oficiais disponíveis e de entrevistas com os primeiros professores, compreendendo a Geografia perante o contexto maior de "interiorização" da ocupação do território e da modernidade nesses espaços, levando-se em conta que esse fenômeno deu-se por dentro de um processo mais amplo de "ordenamento" do território brasileiro implementado sob a lógica da modernização técnica exigida pelo capital. O curso de Geografia de Uberlândia se insere no contexto de desenvolvimento da ciência, resgatando a análise desde sua institucionalização, perpassando pelo tratamento que foi sendo dado às categorias de análise geográficas e que linhas teórico-metodológicas foram se sedimentando no sentido mais amplo.

Palavras-Chave: Curso de Geografia; Uberlândia; interiorização

CONCEPT OF MODERNITY AND THE INTERNALIZATION OF THE UNIVERSITIES IN BRAZIL: GEOGRAPHY COURSE IN UFU

ABSTRACT

This article sought to identify the process of installation of the academic Geography and the universities in the interior of Brazil, through the recovery of the foundation of the Geography in Uberlandia. This rescue was operated by official documents and interviews with the first teachers, comprehending the context before the larger context of "internalization" of the territory occupation and modernity of these spaces, considering that this phenomenon took place inside of a larger process of "planning" of Brazilian territory, implemented in the logic of technical modernization required by capital. The Geography Course of Uberlandia take place in the context of scientific development, resuming the analysis since its institutionalization, passing by the treatment was being given to the geographic analysis categories and what theoretical and methodological lines were established in the widest sense.

Key-words: Geography Course; Uberlândia; internalization

INTRODUÇÃO

O curso de Geografia de Uberlândia-MG foi criado em 1971, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFIL) dessa cidade. Desde a criação da Universidade de Uberlândia em 1969, passando pela sua federalização em 1978 até os dias de hoje, conta-se com um acúmulo de pesquisas que foram se desenvolvendo e que garantiram ao curso significativa reputação na produção científica nacional, o que faz merecer uma avaliação adequada. Na verdade, consideramos imprescindível o estudo da história do curso de Geografia de Uberlândia no contexto do desenvolvimento da Geografia tal qual foi se desenvolvendo no Brasil desde sua institucionalização, de que tratamento foi sendo dado às categorias de análise geográficas e de que linhas teórico-metodológicas foram se sedimentando no sentido mais amplo. Além disso, há de se avaliar a instalação desse curso no

Recebido em 18/11/2009
Aprovado para publicação em 16/12/2009

contexto da interiorização da universidade no Brasil, levando-se em conta que esse fenômeno deu-se por dentro de um processo mais amplo de “ordenamento” do território brasileiro implementado sob a lógica da modernização técnica exigida pelo capital.

A história da Geografia acadêmica no Brasil ainda apresenta poucos estudos levando-se em conta a importância que esse curso teve na construção da universidade e da sociedade brasileira como um todo e sendo assim, justifica-se a intenção de resgatar os detalhes das escolhas feitas pelas elites nacionais no sentido de implementar o ensino superior no país. Por outro lado, pouco se disse também a respeito do processo de interiorização das universidades, sua importância, os agentes desencadeadores do processo ou sobre as conseqüências advindas, embora hoje já se encontrem alguns trabalhos nessa direção.

Na segunda metade do século XX, essas instituições foram criadas com um caráter mais pragmático, a fim de suprirem à demanda de inovação técnica e mão-de-obra qualificada para a emergente industrialização brasileira, que também passava pelo processo de adentramento do território nacional. O desenvolvimento industrial no interior, sobretudo de São Paulo, mas também do Triângulo Mineiro, associado ao aumento de empregos na área urbana permitiram a disseminação de uma ideologia modernizante resultando no estímulo aos cursos superiores principalmente os de caráter mais técnico e aqueles voltados para as licenciaturas, caso da Geografia.

Para dar conta de apreender o processo de instalação da Geografia acadêmica e das universidades no interior do Brasil, procuramos resgatar o histórico da fundação do curso de Geografia em Uberlândia através dos documentos oficiais disponíveis e de entrevistas com os primeiros professores, compreendendo a Geografia perante o contexto maior de “interiorização” da ocupação do território e da modernidade nesses espaços.

Os Antecedentes Históricos e a Idéia de Modernidade

O intervalo entre os anos de 1870 e 1930 é reconhecidamente marcante na história brasileira, pois foi um período em que o Brasil experimentou transformações profundas. A instalação do regime republicano e o fim da escravidão deveriam ser já suficientes para dar conta de sinalizar a ebulição vivida pela sociedade daquele tempo. Há um embate entre os padrões sociais existentes e a emergente idéia de progresso, que colocava em cheque os antagonismos entre a sociedade moderna almejada e a colonial arcaica, os dois extremos (“dois Brasis”) marcados da sociedade brasileira. A mudança do século XIX para o XX foi a “porta de entrada” para os ideais progressistas e modernizantes no Brasil, instigando os intelectuais da época a buscarem condições para a instalação de instituições que pudessem viabilizar o avanço econômico, político e cultural do país (MACHADO, 1996). Era reconhecido pelos intelectuais do próprio tempo como um período de grandes transformações onde um “*bando de idéias novas esvoaçava*” nos dizeres de um Silvio Romero.

Esses ideais modernizantes e progressistas desembocam na criação de várias instituições científicas, no início do século XX, entre as quais podem ser citadas a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Academia Brasileira de Educação (ABE), as universidades do Paraná (1912) e do Distrito Federal (1930), entre tantas outras. Merece ainda destaque como expressão desse “movimento” maior da sociedade brasileira a Semana de Arte Moderna e a criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922.

Segundo Simon Schwartzmann, pode-se dizer que da ABC surgiram as principais iniciativas de desenvolvimento científico e preservação do seu caráter neutro: “*O papel da ABC foi muito mais cultural e intelectual, muito mais ‘pela’ ciência do que propriamente ‘de’ ciências.*” (SCHWARTZMANN, 1979, p.).

Essa Academia, assim como a ABE, era composta por membros da elite que viam na educação e na produção científica um meio para o progresso brasileiro. A ABE surge antes de se falar em um sistema educacional sólido no Brasil e introduz no rol dos assuntos recorrentes a discussão acerca da relação existente entre produção de C&T, educação e desenvolvimento econômico de um país. (MOTOYAMA, 2004).

No contexto desse anseio pela melhoria da educação, de mudança de regime econômico e de busca de bases para a modernização do país, a ABE organiza no fim da década de 1920, uma comissão a fim de percorrer as instituições de ensino dos estados “com relevante produção econômica e cultural” (MG, BA, SP). São aplicados questionários e a partir dos resultados, a ABE e a ABC juntas procederam à discussão sobre a importância e as possibilidades de implantação de universidades no Brasil.

A temática gerada em torno das universidades vinha sendo discutida nas Conferências Nacionais de Educação, nos respectivos anos de 1927, 1928 e 1929, revelando os anseios presentes pelo menos entre alguns setores das classes hegemônicas. Além da instalação de universidades, cogitava-se também a reformulação das instituições de ensino superior, já existentes. No entanto, toda a polêmica gerada em torno do assunto, revela que apesar disso, a instalação das universidades não era um consenso mesmo com a publicação do resultado do inquérito organizado pela ABE, em 1929.

Pode-se dizer, assim, que esse intervalo entre o final do século XIX e o início do século XX é marcado por grandes transformações de ordem material concreta, mas também no que diz respeito ao campo das idéias. Os anos de 1920 são considerados pela historiografia como alguns dos mais expressivos, uma vez que ali as tensões se tornaram muito evidentes, principalmente nos centros urbanos mais importantes, Rio de Janeiro, São Paulo e capitais de alguns estados. Essa tensão trespassada pelos efeitos da I Grande Guerra e da Grande Depressão de 1929 desemboca na Revolução de 1930 e traz conseqüências importantíssimas para a compreensão da sociedade brasileira e de suas escolhas até o momento presente.

A “Revolução de 1930”, “revolução-restauração” para Lahuerta (1997), efetiva o “rompimento” com a política oligárquica brasileira, colocando à frente do poder Getúlio Vargas. Esse movimento de rompimento com as antigas políticas fez com que o assunto em torno da almejada reforma educacional brasileira, recebesse combustível. Podem ser tidas como conseqüências dessa pressão a Reforma Francisco Campos, de 1931, o acentuamento da discussão em torno da modernização das universidades já existentes e, num certo sentido, a própria proposição da Universidade de São Paulo – USP.

A questão que circulava em meio à temática das universidades no Brasil era relativa não somente à (re) criação das universidades, mas também sobre o modelo que estas deveriam seguir e de onde viriam seus professores. Grande parte de seus idealizadores preocupavam-se com a neutralidade da produção científica e com a autonomia desses centros e viam essa condição ameaçada pelo Estatuto das Universidades Brasileiras formulado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (SCHWARZTMANN, 1979).

A USP não fugiu à regra de se conformar a partir da junção de diversas faculdades isoladas, porém introduzia o modelo francês de educação e ensino superior, o qual colocava a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) como pilar fundamental de sua constituição. Ao adotar a FFCL como “*celula mater*” da universidade, a USP pretendia promover o distanciamento entre sua produção e as imposições e anseios do governo. O fato de atribuir a essa faculdade um lugar de tamanho destaque se justificava pelas posições que esta tomava com relação à produção da ciência, dessa forma a USP passava a ter por objetivo “*promover pela pesquisa, o progresso da ciência*” e não o de simplesmente “*eleva o nível da cultura geral*” (SCHWARZTMANN, 1979).

É entre os cursos oferecidos pela FFCL na USP que a Geografia se vê institucionalizada no Brasil. A universidade, de um modo geral, importou professores de diversas localidades da Europa para ocupar as cadeiras do seu corpo docente e é da França que vêm os primeiros mestres a fim de institucionalizarem e difundirem a ciência geográfica no país: Pierre Deffontaines vindo na primeira missão de mestres franceses e Pierre Mombeig na segunda.

O curso de Geografia na USP era ministrado junto ao de História (Curso superior em Geografia e História) e desde a sua abertura, apresentou uma relativa procura em detrimento dos demais. A orientação metodológica predominante nas produções geográficas, durante seus primeiros anos, foi a regional francesa, a partir da qual a Geografia foi se desenvolvendo e se disseminando enquanto ciência, pelo Brasil, e assumiu papéis importantes junto ao Estado e à sociedade de um modo geral.

Segundo Bray (1993), Deffontaines, e, pode-se colocar que, por extensão as monografias regionais francesas de modo geral, introduzem no país uma Geografia alicerçada pelos princípios do liberalismo político burguês em que a “solidariedade” é marcante. Esta acaba se tornando um elemento essencial de aproximação dessa geografia com outras correntes de pensamento da época (anos de 1930):

Deffontaines, como um ideólogo da geografia culturalista francesa, estava próximo de Freyre [Gilberto Freire] e Holanda [Sergio Buarque de Holanda], através do pensamento liberal político e do método positivista funcionalista. Mostrava no seu discurso, uma postura liberal política, através da fraternidade e solidariedade entre os povos e raças, envolvendo toda uma perspectiva culturalista, através dos gêneros de vida. (BRAY, S.C., 1993, p.60).

O momento histórico permite perceber grandes transformações de ordem econômica, social, política e cultural. É reconhecidamente um momento de instalação de uma nova idéia de “modernidade”, calçada no nacionalismo econômico burguês. Segundo Ianni a maior característica desses anos é “... o fato de que ela [a Revolução de 1930] cria as condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês.” (Ianni, 1971, p.13).

A geografia que se propõe na instalação da universidade veio cumprir um papel significativo no sentido de criar e conduzir esse ideal de modernidade desejado e necessário ao contexto da formação sócio-espacial brasileira naquele momento histórico específico, ou seja, às escolhas das classes hegemônicas. Está embutida uma certa concepção de modernidade pautada nos ideais iluministas em que a racionalidade científica permitiria alcançar os objetivos maiores do progresso social.

Considere-se que “a cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de produção reclamados, das técnicas diretamente utilizadas e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção, exigindo novos objetos geográficos (casas, silos, etc...) e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes” (Santos, M. 1988, p.114.).

Neste sentido as universidades vieram cumprir junto ao contexto maior uma função primordial à lógica própria do sistema econômico vigente, no sentido de viabilizá-lo. Aqui cabe se questionar como essa Geografia que se instalou no país contribuiu para fundar a idéia de modernidade e como ela foi, juntamente, com a expansão das universidades pelo interior do território levando (e sendo levada por) essa lógica.

O curso de Geografia, em todo seu percurso histórico acompanhou esse processo de modernização do interior brasileiro, na sua incorporação à dinâmica da formação sócio-espacial brasileira como um todo. Portanto, compreender a história institucional, mais especificamente a história do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia pode servir-nos como um excelente subsídio para a compreensão da estruturação territorial do Brasil, remetendo-nos à compreensão do processo muito mais amplo da modernidade inerente ao conceito de sistema mundo conforme proposição de I. Wallerstein (1987).

Esse curso tendo sido criado em 1971 por professores advindos das universidades paulistas e cariocas expressa, em grande parte, o amálgama das geografias produzidas no país, uma vez que aqui se supõe que eles trouxeram consigo as orientações metodológicas aprendidas em suas formações originais. Assim, levamos em conta que, no momento da instalação (anos de 1970), predominavam as monografias regionais francesas enquanto método, bem como ao longo dos anos, foram sendo incorporadas outras manifestações metodológicas. É de nosso interesse resgatar como essa geografia produzida enquadra-se, ou não, à lógica do ordenamento territorial.

O Processo de Interiorização da Universidade: o Papel da Geografia

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, conforme já exposto, predominavam entre os trabalhos dos geógrafos no país, as monografias regionais conforme a proposição lablachiana. Estudos eminentemente ou, aparentemente neutros, com o intuito de (re) conhecer o território em princípio, tiveram grande destaque durante esses anos. Dentre esses, podemos citar os estudos sobre o Triângulo Mineiro. Os levantamentos naturais dessa região e suas respectivas utilizações pela sociedade eram de suma importância naquele momento histórico específico em que a expansão sobre as áreas do Cerrado do Centro-Oeste apresentavam-se como grande desafio para o Estado brasileiro.

A “descoberta” da região do Triângulo Mineiro não foi ao acaso e tão pouco o crescimento e desenvolvimento econômico das suas cidades. Localizada em uma posição estratégica, Uberlândia durante alguns anos foi conhecida como “Boca do Sertão” e ainda hoje apresenta uma função de interfluxo comercial entre São Paulo e as cidades do Centro e Norte brasileiro.

A cidade nesses anos, já apresentava um índice de crescimento e desenvolvimento material significativo e isso anunciava seu destaque em relação às demais cidades da região.

Ao lado de ser um centro de fluxo e refluxo de toda a vida da região, incluindo Mato Grosso e sul de Goiás, Uberlândia teve muita influência na construção da capital de Goiás, como posteriormente teria na implantação de Brasília. Há um aspecto histórico muito interessante que possibilitou isso.

O término da estrada de ferro em nossa região era praticamente em Uberlândia. Todo produto manufaturado, industrializado de São Paulo chegava a Uberlândia pelos trilhos da antiga Mogiana e daqui era levado ao sul, ao norte, ao Mato Grosso através de caminhões. Isso criou um comércio muito grande e Uberlândia, lentamente começou a ser um grande empório, um grande centro de desenvolvimento comercial, o que se percebe até hoje, porque mesmo com o advento da indústria, Uberlândia ainda é uma cidade marcadamente comercial. E foi essa posição privilegiada de final de ferrovia, como uma espécie de boca do sertão, que possibilitou esse desenvolvimento material de início e, ao lado desse desenvolvimento, as iniciativas relacionadas às Faculdades, impulsionando Uberlândia e permitindo que o crescimento não fosse um crescimento apenas material, unilateral. (CAETANO; DIB, 1988, p.10).

A visão que os próprios moradores da cidade tinham sobre sua estrutura, expressos nos discursos veiculados pela imprensa do tempo e pelas atas de fundação da universidade, demonstra a crença no seu avanço político, cultural e econômico. Visão essa possibilitada pela difusão da idéia que colocava Uberlândia como ponto fundamental, ou vital mesmo, para a concretização das políticas desenvolvimentistas e de ocupação do interior brasileiro. Cabe destacar que aqui se insere a idéia principal de expansão da “civilização” para o interior, ou para o “Sertão”, no qual a cidade de Uberlândia seria um ponto estratégico.

Um projeto antigo das elites brasileiras, a expansão da civilização para o interior fazia parte do desejo de dominação¹ do território brasileiro como um todo imprimindo em todos os pontos a “modernidade” necessária ao próprio avanço da ocupação, mas também do avanço do sistema econômico em si. Para Moraes, desde o século XIX, principalmente no período monárquico, o padrão discursivo básico se acentava sobre a necessidade de uma missão civilizatória por parte da monarquia, no entanto, esse discurso se transmuda num discurso da modernidade, desde o final do século.

Por serem dominantes numa época, tais juízos projetam-se nas formulações posteriores que os superam, constituindo o conteúdo do velho pensar que se reproduz (ao menos como referência negativa) nos novos discursos. Pode-se dizer que as primeiras décadas do século XX assistem a essa transformação da epistemé no pensamento brasileiro. E os anos trinta começam com um novo padrão de interpretação do país, transição já bastante estudada pela literatura especializada. Uma postura cientificista vai aos poucos se hegemônizando e acaba por fazer a ponte entre as velhas instituições do saber e as novas agências de difusão de um novo ideal de ciência, ao qual se associa a idéia de modernidade. O papel catalizador que a noção de civilização cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização. (MORAES, A.C.R., 2001, p.260).

Pode-se dizer que o anseio pela “transformação” do lugar passava pelas mudanças técnicas na base material ou infraestrutural, mas também passava por uma grande mudança de ordem imaterial ou no campo do pensamento². Para se alcançar esse intento a instalação de instituições veiculadoras de um novo saber tornam-se chaves primordiais e é nesse intuito que o discurso a favor de uma universidade em Uberlândia vai ganhando força.

Há de se inserir nessa discussão a viabilização muito mais densa do projeto geopolítico de ocupação iniciado com a “Marcha para Oeste” de Getúlio no Governo de Juscelino Kubitschek. Entre as políticas territoriais implementadas devem ser lembradas a construção planejada da capital brasileira no planalto central e a instalação de um extenso plano viário integrando o território. A produção geográfica balizada por dentro das universidades e principalmente no IBGE assumiu posições notórias junto às propostas desenvolvimentistas do Estado devido à sua dedicação às temáticas de ordenamento territorial.

É concomitante aos anos do governo de Juscelino Kubitschek que se apresentam produções geográficas voltadas para o (re) conhecimento do espaço do cerrado e ocupação deste. Implementam-se as políticas de desenvolvimento econômico regional no país e com isso a especialização dos espaços segundo a divisão do trabalho.

Nesses anos em que políticas de “adentramento” do território brasileiro e sua ocupação efetiva foram implementadas pode se presenciar a “descoberta” de cidades e a construção de muitas universidades

brasileiras no interior e, nesse contexto, a “descoberta” de Uberlândia e todo o processo de instalação da Universidade de Uberlândia.

Foi segundo a crença no desenvolvimento da cidade que se passou a cogitar a possibilidade de instalação de Escolas Superiores e mais adiante de uma universidade. E, nesse ímpeto, em 1957 inaugurou-se a Faculdade Isolada de Música. Em 1959, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU), em 1959, a de Direito e, em 1966, a de Economia. A FAFIU a princípio ministrava os cursos de Pedagogia (1960), Letras Anglo-Germânicas (1960), Letras Neolatinas (1960), História (1965) e Matemática (1967). No ano de 1970, foi incorporado o curso de Ciências, em 1971, o de Geografia e, em 1972, o de Estudos Sociais.

A partir da criação dessas faculdades isoladas, a universidade tornou-se mais próxima, e, em 1969, por meio de um decreto-lei do presidente Costa e Silva, em pleno período militar, criou-se a Universidade de Uberlândia (UnU) composta pelas faculdades isoladas de Filosofia, Ciências e Letras, de Direito, de Ciências Econômicas, de Engenharia e de Artes.

A institucionalização da Geografia em Uberlândia se deu pela FAFIU através do convite à professora Sueli Regina Del Grossi. Formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, Del Grossi chegou a Uberlândia, em 1971, para promover a instalação do curso superior de Geografia, nessa faculdade, que já apresentava seu alvará de funcionamento e sua grade curricular estabelecida.

Neste tempo o curso superior em Geografia de Uberlândia seguia a divisão clássica em Geografia Física e Humana. Nota-se nessa época uma alta demanda por professores de Geografia nessa região mineira, o que justifica a relativa busca pelo curso.

A partir da vinda de mestres do estado de São Paulo e da formação de alunos com novos ideais, o curso passa a ser ministrado segundo os moldes da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro e da Universidade de São Paulo. Isso se deu pela proximidade entre Sueli Del Grossi e essas universidades, segundo seu próprio depoimento para esta pesquisa.

Desde a abertura do curso em 1971 até 1973 a faculdade buscou formar o corpo docente do curso e a maioria dos mestres veio das instituições já mencionadas. A abertura do curso de Estudos Sociais foi um impulso para a contratação de novos docentes e se justificava pela crescente demanda de professores qualificados.

O curso de Estudos Sociais surge, no contexto brasileiro, a fim de formar com rapidez professores para as áreas de História, Geografia e Ciências Sociais. A princípio esse curso tomou da Geografia de Uberlândia uma parcela de seus alunos, mesmo considerando que, após a formação em Estudos Sociais, poder-se-ia especializar nos cursos de Geografia ou de História.

A proposta dos Estudos Sociais, apesar de vaga, tomou proporções ao ponto de dar cabo aos cursos específicos de Geografia, História e Ciências Sociais em Uberlândia. Assim dá-se o surgimento do Centro de Ciências Humanas e Artes (CEHAR) a fim de suprimir os departamentos específicos dos cursos que compunham os Estudos Sociais. Porém, pela indisposição e discordância dos professores com as propostas do curso ele não durou muito tempo.

Em 1978, a UnU foi federalizada passando a ser denominada de Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O movimento de federalização, para o curso de Geografia, foi bem recebido, pois, a Universidade passaria a contar com um volume maior de verba e isso significaria para o curso, uma maior disposição para contratação de profissionais e de infra-estrutura.

Por volta de 1984 separam-se os cursos específicos e surgem os Institutos de Geografia, de História e de Ciências Sociais e Artes. Nos anos da década de 1980 já voltavam para a UFU os primeiros formandos do curso de Geografia pela FAFIU, muitos deles já com pós-graduação em andamento ou concluídas, e passam a compor o corpo docente desse curso e a participar de sua evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento da ciência geográfica no Brasil é bastante interessante uma vez que, embora essa ciência tenha sido imprescindível no sentido de consolidar um pensamento específico em que o espaço assume lugar de primeira importância, sua institucionalização sob a forma de cursos superiores deu-se apenas em 1934.

O trabalho aqui proposto é parte de um projeto maior cujos objetivos envolvem o resgate da história

institucional da Geografia no Brasil. Neste caso específico, o interesse maior está focado na compreensão da instalação das universidades (no caso UFU) no interior do território brasileiro e no papel que a Geografia acadêmica desempenhou na estruturação técnica e também na construção de um ideário, ou talvez de um imaginário, acerca desse espaço. Partimos do pressuposto que:

... o pensamento humano é uma manifestação histórica, isto é, própria de seu tempo e de sua sociedade, ou seja, surge no contexto da criação das condições materiais necessárias à sobrevivência dos grupos humanos e por isto reflete tais condições. As formas de consciência, assim como, o conjunto das produções teóricas, assumidas por determinada sociedade, atrela-se, diretamente, à evolução da produção material, uma vez que é no contexto das relações dos indivíduos, travadas a fim de manter a sua existência, que estas formas se desenvolvem. (ANSELMO, R.C.M.S., 2007, p.07).

Deste ponto de vista, compreender o processo de instalação do curso de Geografia em Uberlândia implica em compreender o processo maior de ordenamento do território brasileiro. Aceitamos aqui que, para atingir tal objetivo deve-se recorrer, irremediavelmente, às estratégias geopolíticas ou às políticas territoriais, fundamentais por longo período para a ocupação do interior e, mais contemporaneamente, há de se associar as estratégias recentes do capital, principalmente, quanto à nova "logística" que vai dominando o território. Para os últimos anos, há de se considerar que:

A modernização do território brasileiro, incorporando objetos e atividades fundados na precisão e eficácia fornecidas pela ciência e tecnologia, cria necessidades educacionais e tecnológicas para a operacionalização do território e realização das atividades produtivas. A racionalização instrumental das estruturas territoriais de funcionamento do país vem requerendo o desenvolvimento de pesquisas de base tecnológica, com concomitante, qualificação e especialização da força de trabalho para suprir as necessidades criadas pelas empresas em cada setor da economia (NASCIMENTO Jr., p.39).

Este ainda é um estudo inicial que até aqui contou como procedimentos metodológicos básicos as entrevistas com os primeiros professores e as atas e outros documentos de fundação da universidade. Pretende-se ampliar o rol de informações através da análise das grades curriculares ao longo da história do curso e da avaliação dos perfis dos profissionais que foram sendo incorporados ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

- ANSELMO, R.C.M.S. **O espaço paulista através de suas instituições geográficas**. Campinas: IG – UNICAMP, 2007. (Relatório de Pós Doutorado).
- BRAY, S.C. A visão de mundo de Pierre Deffonaines e a ideologia da cultura brasileira nos anos 30. **Geografia**. Rio Claro: AGETEO, v.18, n.2, p.53-67, 1993.
- CAETANO, C.G.; DIB, M.M.C. **A UFU no imaginário social**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988. (Mimeo)
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil. 1930-1970**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- LAHUERTA, M. Moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H.C.; COSTA, W.P. (Orgs). **A década de vinte e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1997. (Prismas)
- MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). IN: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, P. 309-353.
- MACHADO, M.S. **A Geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia brasileira**. São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Tese de doutorado)
- MORAES, A.C.R. Ideologias geográficas e projetos nacionais. O território na perspectiva das elites brasileiras. In: ANDRADE, M.C.; FERNANDES, E.M.;
- MOTOYAMA, S. 1930-1964: Período Desenvolvimentista. In: **Prelúdio para uma história – ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- NASCIMENTO JR. F. C. **A especialização dos lugares na modernidade atual**. O fenômeno de expansão das instituições de ensino superior no território brasileiro. Rio Claro: IGCE-UNESP, 2004. (Relatório de Iniciação Científica).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**. México: Siglo Veintiuno, 1987.

¹ Aqui se enquadraria bem o conceito de *território usado* de Milton Santos, pois a idéia implica na ocupação efetiva e não meramente no domínio estratégico

² Os conceitos de *tecnoesfera* e *psicoesfera* de Milton Santos estão aqui também muito próximos.